



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,58% São Paulo	186.336 29/1 30/1 2/2 3/2 185.674	R\$ 5,25 (- 0,18%)	28/janeiro 5,206 29/janeiro 5,193 30/janeiro 5,247 2/fevereiro 5,257	R\$ 6,20	14,90%	14,88%	Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33

CONGRESSO

Câmara aprova supersalários que furam o teto legal

Projeto que reformula a carreira legislativa permite ganhos de até 100% sobre o salário-base e deve gerar impacto fiscal estimado em mais de R\$ 1 bilhão, realimentando críticas sobre gastos públicos e limites salariais dos servidores

» RAFAELA GONÇALVES
» WAL LIMA

Mudanças na remuneração

Salários, gratificações e licenças elevam despesas em meio a restrições fiscais

REAJUSTES APROVADOS NA CÂMARA

Secretários parlamentares

- Reajuste de 8%, percentual equivalente ao já concedido a servidores do Judiciário

Servidores efetivos e de carreira

- Reajuste de 9,25% no vencimento

Cargos em comissão

- Reajuste médio ponderado de 8,63%

TETO CONSTITUCIONAL

- Valor atual: R\$ 46.366,19

O que muda

- Projeto permite que ocupantes dos cargos mais altos da Câmara recebam acima do teto

Alcance da medida

- 72 servidores afetados, segundo a presidência da Casa

Valdo Virgo

72 servidores em funções consideradas estratégicas, como ordenadores de despesa, e está alinhada ao debate mais amplo sobre a Reforma Administrativa. A justificativa, contudo, não foi suficiente para conter as críticas feitas no plenário.

Gratificação

Entre as principais mudanças, o projeto extingue a Gratificação de Representação e cria a Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico (GD AE). A nova bonificação poderá variar entre 40% e 100% do maior vencimento básico dos cargos efetivos de analista legislativo e técnico legislativo, sendo concedida com base em critérios como desempenho, competências, metas e resultados, conforme regulamentação a ser definida pela Mesa Diretora.

O texto também redefine o cálculo da Gratificação de Atividade Legislativa, atualiza o Adicional de



Remuneração máxima estimada

- Até R\$ 77 mil mensais, considerando salário-base, gratificações e benefícios adicionais

REAJUSTES NO SENADO

Período

- Acréscimos anuais no vencimento básico entre 2026 e 2029

Especialização e prevê a revisão das tabelas de vencimentos de toda a carreira legislativa, incluindo o reequilíbrio de secretários parlamentares.

Outra novidade é a criação de licença compensatória para servidores que exercem funções comissionadas de maior complexidade, estabelecendo a proporção de um dia de folga para cada três dias de efetivo exercício, com possibilidade de conversão em indenização em condições específicas. Além disso, o projeto reconhece formalmente os cargos efetivos da Câmara como típicos de Estado, reforçando sua relevância institucional.

No pacote de bondades da Câmara, o Executivo também foi beneficiado com aprovação de projetos que asseguram reajustes para servidores, reestruturação de carreiras, criação de vagas em ministérios e agências reguladoras, com potencial de elevar o gasto público em mais de R\$ 4 bilhões neste ano.

Gratificação

- As propostas instituem a Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico, que pode alcançar até 100% do vencimento básico dos servidores efetivos, calculada sobre o maior vencimento do cargo ocupado.

Licença compensatória

- As propostas aprovadas criam a licença compensatória na Câmara e no Senado, permitindo até um dia de folga a cada três dias trabalhados, com limite de dez dias por mês.

Impacto fiscal

- Estimativa: R\$ 1 bilhão
- Recursos saem do orçamento próprio do Congresso
- Efeito agregado pressiona o gasto total com pessoal do setor público.

Fonte: Câmara dos Deputados.

Críticas

Apesar de aprovada, a medida foi alvo de críticas no plenário à esquerda e à direita. Deputados do PSol e do Novo questionaram o impacto fiscal, a flexibilização do teto salarial e a indenização prevista na licença compensatória. Os destaques apresentados para alterar o texto foram rejeitados após acordo entre líderes partidários, que acelerou a votação, tanto do regime de urgência, quanto do mérito das propostas.

O deputado Chico Alencar (PSol-RJ) se posicionou contrário à votação, afirmando que o Congresso tem priorizado reajustes internos em detrimento das demandas da sociedade. “O Parlamento acaba alimentando a própria impopularidade ao não enfrentar seus próprios interesses”, declarou.

O deputado Kim Kataguirí (União-SP) disse que a Casa deveria priorizar reformas administrativas mais

amplas e a redução de privilégios, em vez de avançar com o projeto. “Em vez de discutir corte de gastos e fim dos supersalários, estamos ampliando despesas e criando novos custos”, afirmou.

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator da proposta de Reforma Administrativa, publicou em sua conta na rede social X que votou contra o projeto, aprovado simbolicamente pela Câmara. “Não sou contra reajustes nem reestruturação de carreiras, desde que haja recursos e responsabilidade fiscal”, escreveu. Para o parlamentar, o problema está na criação de “penduricalhos”, como a licença compensatória, que “abrem caminho para remunerações acima do teto” e contraria os princípios da reforma administrativa.

Pressão fiscal

Embora a verba saia do orçamento do Congresso, o aumento eleva o gasto total com o

funcionalismo em um momento de fragilidade das contas públicas, desafiando os esforços do governo para equilibrar o Orçamento da União e conter a dívida. A medida também reacende debates sobre a assimetria entre o rigor fiscal exigido do Executivo e a expansão de benefícios dentro do Legislativo.

Segundo Bruno Perri, economista-chefe, estrategista de investimentos e sócio-fundador da Forum Investimentos, o principal risco está nos efeitos da decisão, que ampliam a pressão sobre o limite de gastos do governo e a inflação. “Este R\$ 1 bilhão pode ser absorvido pelos orçamentos próprios das Casas do Legislativo, e o montante, em si, é pouco representativo frente a um Orçamento federal já anabolizado. O problema reside nos desdobramentos dessa decisão”, destacou.

“Sob um suposto arcabouço fiscal deste governo, que raramente é levado a sério pelo Executivo, qualquer gasto acima da inflação gera pressão sobre outros gastos que, em tese, serão ajustados para acomodar esse aumento”, emendou Perri. Ele alertou, ainda, que “há potencial para que esse aumento salarial sirva de referência para outras categorias dentro do governo central”, em um efeito cascata.

O reajuste, segundo especialistas, pode gerar pressões salariais em outras carreiras do serviço público. “Reajustes em carreiras do Legislativo costumam funcionar como referência para outras categorias de elite do serviço público. O risco é um efeito dominó, com pressões por equiparação no Executivo e no Judiciário, ampliando o impacto fiscal muito além do caso original”, avaliou Fernando Benavenuto, especialista em investimentos e sócio da Anvex Capital.

Benavenuto alertou, ainda, que a flexibilização do teto constitucional para funções estratégicas cria um precedente sensível para o conjunto do funcionalismo público. “Quando o teto remuneratório começa a ser flexibilizado por exceções, ele deixa de ser regra e vira negociação. Isso abre um precedente institucional delicado e enfraquece um dos principais instrumentos de controle das despesas com pessoal no Estado brasileiro”, afirmou.

Senado aprova MP do Gás do Povo

» WAL LIMA

Em votação simbólica, o Senado Federal aprovou, ontem, a Medida Provisória (MP) 1.313, que dispõe sobre a criação de uma nova política que concede a famílias de baixa renda botijão de gás gratuito ou desconto na hora de comprar o produto. O texto foi aprovado sem destaques, depois de um acordo entre lideranças partidárias, inclusive, da oposição. Como o texto já havia sido aprovado, na segunda-feira, por ampla maioria pela Câmara dos Deputados — 415 votos a favor e apenas 29 contrários —, a MP virá lei e entra em vigor automaticamente.

A MP, cuja validade terminaria em 11 de fevereiro, segue para sanção presidencial, pois a Câmara introduziu alterações no texto original do Palácio do Planalto.

“Cabe, aqui, um agradecimento aos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por aprovarem, de forma tão rápida, uma medida que reduz desigualdades e fortalece a coesão social. O Congresso Nacional dá um recado claro: o bem-estar das pessoas está no centro das nossas decisões. Que esse benefício chegue rápido à mesa e à vida de quem mais precisa”, declarou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ao comemorar a aprovação da medida.

O senador Cleitinho (Republicanos-MG) disse que a votação transcende as disputas partidárias. “Acredito que nenhum político tem moral para apontar o dedo aqui e falar que o povo não merece o gás, até porque, basta ver o nosso contracheque”, declarou.

As lideranças da base governista preferiram destacar as diferenças do

Gás do Povo para o programa de subsídios criado pelo governo Bolsonaro. “Estamos triplicando o número de famílias elegíveis. É verdade que esse programa existia no governo passado, mas também é verdade que apenas um terço das famílias que vão ser beneficiadas agora, com esse programa, eram contempladas no governo passado. Nós vamos atender 15,5 milhões de famílias brasileiras”, disse o líder do governo no Congresso, Rândolfé Rodrigues (PT-AP).

A proposta havia sido editada pelo Executivo em 4 de setembro do ano passado. Para que as famílias de baixa renda tenham direito ao benefício, será necessário estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) e ter renda familiar per capita de até meio salário mínimo. A opção de pagamento em dinheiro, já existente no programa anterior, continuará em vigor.



Acordo de líderes governistas e da oposição garantiu aprovação da MP do Gás do Povo por votação simbólica

Política permanente

Embora tenha sido instituído no governo de Jair Bolsonaro, o auxílio à aquisição de botijões de gás tinha caráter temporário e consistia em repasses bimestrais em dinheiro, com valores variáveis conforme o

preço médio do produto. No governo Lula, a política foi reformulada e, com a edição da MP, passou a garantir o pagamento equivalente a 100% do valor médio do botijão de 13 quilos, consolidando-se como uma ação social permanente.

O objetivo do governo Lula,

agora, é ampliar o alcance do programa para 15 milhões de famílias. Inicialmente restrito a dez capitais, o Gás do Povo foi, recentemente, expandido para incluir as outras 17 capitais do país como parte da estratégia de universalização do benefício.

Carlos Moura/Agência Senado